

MARGARITA MARÍA BAUTISTA MARTÍNEZ

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (TICS) E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

CELACC/ECA-USP
2013

MARGARITA MARÍA BAUTISTA MARTÍNEZ

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (TICS) E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de conclusão do curso de pós-
graduação em Gestão de Projetos Culturais
e Organização de Eventos produzido sob a
orientação do Prof. Dr. Dennis Oliveira

CELACC/ECA-USP
2013

AGRADECIMENTOS

Minha profunda gratidão especialmente para duas pessoas fundamentais da minha vida, meus companheiros, minha inspiração, e, meus melhores amigos: meus pais. Graças a eles por seu infinito apoio, por seu sacrifício, seus conselhos, seu amor e o ânimo constante desde o início desta etapa até a conclusão.

Do mesmo modo, é totalmente necessário e indispensável agradecer a várias pessoas, entre amigos, professores, alunos e funcionários do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação - CELACC - da Universidade de São Paulo, todos os que me apoiaram e me deram forças para continuar até o final sem desistir por fraquezas.

Entre os amigos não há como me esquecer da Eliete Edwiges, pessoa queridíssima, grande amiga quem me apresentou a especialização. A responsável pela minha permanência no Brasil, e assim por várias coisas boas que me aconteceram neste país e nesta universidade.

Igualmente, agradeço a meu orientador e amigo, o Prof. Dr. Dennis Oliveira, quem desde o comecinho esteve presente com seus conselhos, me deu a conhecer o curso, e até o final me ofereceu apoio e boas orientações durante todo o trabalho árduo que é a conclusão da pós-graduação.

Finalmente, agradeço também a todos meus amigos colombianos e brasileiros que têm me acompanhado nestes quase dois anos, neste processo de descobertas contínuas que constitui estando num outro país que não é próprio, falando outra língua que não é a minha, e lutando para conseguir meus objetivos em favor de meu futuro e o da minha Nação.

A todos meus sinceros agradecimentos!.

SUMÁRIO

<i>RESUMO</i>	4
<i>INTRODUÇÃO</i>	6
<i>1. INTRODUZINDO TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL</i>	8
<i>2. REVISÃO DA LITERATURA</i>	9
2.1. – <i>Movimentos sociais</i>	9
2.2 – <i>Participação cidadã</i>	11
2.3. – <i>Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)</i>	11
2.4. - <i>Política e Cidadania: Consolidação da democracia e efetivação da cidadania por meio da participação política</i>	14
2.5. - <i>A comunicação e a Internet na democracia: Governança eletrônica</i>	17
2.6. - <i>Participação Cidadã e Democracia Eletrônica</i>	18
<i>3. ABORDAGEM METODOLÓGICA</i>	20
<i>4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E OBTIDOS.</i> 21	
4.1. - <i>Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) como ferramentas da mobilização social no Fórum Social Mundial</i>	21
<i>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	26
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	30

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (TICS) E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Margarita María Bautista Martínez¹

RESUMO

Atualmente vários movimentos sociais no Brasil e América Latina têm utilizado as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para organização e comunicação de suas atividades, especialmente porque estabelecem relações, comunicam-se e integram-se melhor com a sociedade e outros movimentos que compartilham suas causas sociais ao redor do mundo. Apesar disso, a literatura científica sobre esta temática mostra-se incipiente diante da importância e da quantidade de casos latino-americanos. Desta forma, este trabalho tem como objeto o uso das TICs por estas associações para a organização, comunicação e integração de suas atividades. O objetivo principal deste trabalho é entender como as TICs impactam na autonomia e ação política dos movimentos na mobilização e participação cidadã no Brasil. Desta forma, aprofundaremos os conhecimentos na área e identificaremos um caso relevante que nos permita compreender os fenômenos de mudança social, integração e participação política presentes neste fenômeno coletivo.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Participação cidadã, Mobilização.

ABSTRACT

Currently various social movements in Brazil and Latin America have used the Information and Communication Technologies (ICT) for the organization and communication of its activities, especially because they establish relationships, communicate and integrate better with society and other movements that share its social causes around the world. However, the scientific literature on this shows up incipient considering the importance and the amount of Latin American cases. Thus, this study aims to understand the use of ICT by these associations for the organization, communication and integration of their activities. The main objective of this work is to understand how ICTs impact on autonomy and political action movements for mobilization and participation in Brazil. In this way, we will deepen the knowledge in the area and identify a relevant case that allows us to understand the phenomena of social change, integration and political participation in this collective phenomenon.

¹ Graduada em Governo e Relações Internacionais com ênfase em Estudos Políticos e Relações Internacionais pela Universidade Externado da Colômbia, pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo CELACC-ECA/USP e mestranda do Programa de Integração em América Latina da mesma universidade.

Keywords: Social movements, Information and Communication Technologies (ICTs), Citizen participation, Mobilization.

RESUMEN

Actualmente varios movimientos sociales en Brasil y América Latina han utilizado las Tecnologías de Información y Comunicación (TICs) para la organización y comunicación de sus actividades, especialmente porque establecen relaciones, se comunican y se integran mejor con la sociedad y otros movimientos que comparten sus causas sociales alrededor del mundo. Sin embargo, la literatura científica sobre esta temática es incipiente frente a la importancia y cantidad de casos latinoamericanos. De esta manera, este trabajo tiene como fin entender el uso de las TICs por estas asociaciones para la organización, comunicación e integración de sus actividades. El objetivo principal de este trabajo es entender como las TICs impactan en la autonomía y acción política de los movimientos en pro de la movilización y participación ciudadana en Brasil. De esta forma, profundizaremos los conocimientos en el área e identificaremos un caso relevante que nos permita comprender los fenómenos de cambio social, integración y participación política presentes en este fenómeno colectivo.

Palabras clave: Movimientos sociales, Tecnologías de Información y Comunicación (TICs), Participación ciudadana, Movilización.

INTRODUÇÃO

As mudanças recentes na América Latina vêm graças a várias manifestações de movimentos sociais cada vez mais originais e ativos dentro de um contexto de forte pressão da sociedade civil. Sendo assim, está se redefinindo o novo cenário político da região, e se iniciando um processo histórico com novos elementos que influenciam na dinâmica política, social e cultural graças ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Com isso, a participação política organizada por meio dos movimentos sociais que começam a utilizar todas as ferramentas possíveis e mais eficientes que estão ao alcance de suas mãos para levar mudanças e integração na América Latina é notável. Destaca-se que estes movimentos sociais possuem um lugar central na pirâmide do poder, podendo se estabelecer como uma ponte entre a sociedade e as políticas públicas (MÜLLER, 2003). O uso das TICs é uma das formas mais eficientes de participação e integração dentro dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que existem alguns teóricos que apontam os espaços de participação cidadã por meios eletrônicos como parte da conhecida Democracia Eletrônica (e-democracia) e/ou da Governança Eletrônica (e-governança). (CASTOR & JOSÉ, 2001, RUEDIGER, 2002, 2003, RAMOS & RAMOS, 2003, AKUTSU & PINHO, 2001 & 2002, CUNHA & CRUZ, 2003). O conceito de democracia eletrônica remete o uso de TICs para a promoção da participação cidadã (FREY, 2003, DORNELAS & HOPPEN, 2001). Dentro do contexto de mobilização social a Governança Eletrônica trata de compreender e dar poder ao cidadão por meio da horizontalidade dentro de processos dinâmicos e em rede.

Identificamos que a gestão pública de sistemas de informação possui importante papel dentro dessa temática, decidindo muitas vezes quais os modelos de estratégia adotados para que as TICs sejam disponibilizadas aos cidadãos e movimentos sociais na participação.

Os mecanismos de participação e integração política são estabelecidos como ferramentas essenciais para assegurar o controle e garantir a eficácia nos atos de Estado em

qualquer assunto em questão. No entanto, cada país tem sua competência específica e para efeitos deste artigo vamos analisar o caso brasileiro.

Este trabalho tem como objeto entender e explicar o fenômeno de uso das TICs por estas organizações e associações sociais para a organização, comunicação e integração de suas atividades e o respectivo impacto na expressão e participação política.

1. INTRODUZINDO TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Vários movimentos sociais no Brasil têm utilizado as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para organização e comunicação de suas atividades, assim esse fenômeno pode ser percebido principalmente porque tais experiências estabelecem relações, comunicam-se e se integram melhor com a sociedade e outros movimentos ao redor do mundo.

Trata-se de um novo sistema que vem sendo explorado pelas organizações sociais em favor da mobilização social. Este sistema leva em conta a utilização de novas TICs que permitem o aumento sem precedentes de participação social quebrando os antigos paradigmas de organizações hierarquizadas e convertendo-as em organizações horizontais.

É possível descobrir dentro destes movimentos sociais que usam TICs um sistema descentralizado e em rede com outros movimentos e organizações no qual a organização e integração de atividades são fortalecidas em favor de certos objetivos e causas sociais específicas.

Iremos encontrar quais os papéis que as TICs estão tendo ao serem apropriadas pelos movimentos sociais para a expressão e participação cidadã que pode ser medida tanto qualitativamente como quantitativamente (MITRE, DOIMO & MAIMA, 2003).

Assim, este trabalho analisa a apropriação das TICs pelos movimentos sociais e ONGs, identificando o nível de interação dos cidadãos no papel da participação e integração política nas políticas governamentais. Finalmente será analisado um caso específico de um movimento social no Brasil descoberto por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, visitas a organização e um estudo final da interação da sociedade civil e as TICs.

Deste modo, tenta-se estabelecer como a internet pode favorecer a criação e ao aperfeiçoamento de novos repertórios de ação dos movimentos sociais, através do desenvolvimento de novos processos constitutivos, organizativos e de mobilização. Assim, como a relação entre os movimentos sociais e sua importância para o aprofundamento democrático, a partir do ativismo político na web.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. – *Movimentos sociais*

Para Alain Touraine (1989), os movimentos sociais são atores civis que levam a luta ao plano da historicidade, quer dizer, que são grupos sociais que lutam com a finalidade de transformar os modelos culturais e conduzir seu protesto até orientações centrais de uma nova sociedade em favor da liberdade para a constituição do sujeito. Já para Manuel Castells (1999), os movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contraditórias de acordo com a ordem social urbana e rural, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não, numa correlação classista e em última instância, o poder estatal.

Assim, no primeiro caso os movimentos sociais questionam as orientações centrais da sociedade para defender os direitos de liberdade e igualdade e no segundo caso são entendidos como atores políticos que pretendem conseguir mudanças sociais levando em conta sua identidade.

É necessário detectar uma comunidade num conjunto relativamente homogêneo de ações coletivas para que seja possível falar de uma identidade comum nela. Dita identidade deve reconhecer-se continuamente através do tempo, numa expansão do espaço dentro do sistema de identidade de ações reconstruídas através das suas emergências e ocultações em continuidade e extensão espaço-temporal. (CASTELLS, 1999). Tudo isto é levado em conta num sistema ou num conjunto de ações e de identidades caracterizado como movimento social. Assim, os movimentos sociais atrevem-se a se localizar fora da cultura

dominante e assim a fortalecer um sistema de valores diferentes, construindo novos códigos culturais e novas identidades.

Segundo Otávio Ianni, o vasto processo da globalização do mundo também permite contemplar as diversidades locais, nacionais e regionais. Neste contexto, os padrões, valores e instituições globais somente são efetivados quando em contato com os particularismos de cada grupo. Assim é possível entender como os movimentos sociais são concebidos dentro da conjuntura da identidade como manifestações sociais que lutam pela inclusão social.

Trata-se então de atingir as novas formas de construção da subjetividade ou a construção dos modelos de identidade. Entende-se que a identidade é resultado da cultura, assim, ela não é intrínseca porque cada sujeito faz interações e maiores traços da sua própria identidade por meio das relações culturais.

Seguindo estas análises, segundo o conceito de cultura de Thompson (1993), é importante mencionar que os fenômenos culturais se podem entender como formas simbólicas em contextos estruturados, interpretados por meio da contextualização social. O que significa que dentro do marco simbólico da construção dos movimentos sociais, existem também relações de poder e conflito nas quais a cultura esta presente.

Desta maneira a cultura é vista como força de mudança social a partir dos fluxos da globalização, que implicam na formação de identidades individuais e sociais. Nesse sentido, Melucci (2001) acredita que a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre atores sociais. Para ele, a identidade coletiva é um processo político negociado por uma ativação de relacionamentos sociais que ligam os membros de um grupo ou movimento mais amplo.

2.2 – Participação cidadã

Mello (2008) afirma que a participação cidadã é o ato de participar de todo e qualquer cidadão, definidos os pré-requisitos, tal como idade igual ou superior a 18 anos no caso do voto do processo eleitoral obrigatório no Brasil. Além disso, neste trabalho, optamos por utilizar as referências de participação cidadã por acreditar, assim como Vaz (2002) e Pinho (2008), que a participação é um direito do cidadão, tanto na tomada de decisão do Poder Público, como na consulta à tomada de decisão governamental (Di PIETRO, 2011).

A expressão "participação política" compreende o ato de votar, a associação dos indivíduos em grupos, a mobilização popular, a militância partidária, o protesto contra autoridades políticas, a luta por espaços públicos institucionais, por determinados interesses e direitos, assim como toda uma série de atividades firmemente ligadas ao universo da política.

Como afirma ARAUJO (2009) “participar significa "tomar parte em" ou, ainda, define situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política, além de influenciar sobretudo o próprio processo político, de forma construtiva, ao fomentar o surgimento da chamada democracia participativa”.

Participar seria então se envolver como cidadão dentro do contexto social, tomar consciência dentro da vida pública e interatuar, promover e transformar as questões políticas, sociais e culturais que afetam o desenvolvimento social.

2.3. – Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Também conhecidas por Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (FREY,2003), são as tecnologias e métodos para comunicação que surgiram no contexto da Revolução Informacional, também conhecida como Terceira Revolução Industrial (COUTINHO, 1992). São tecnologias desenvolvidas gradativamente desde a década de 1970 e, principalmente nos anos 1990 até nossos dias. Estas tecnologias tinham como

objetivo agilizar, horizontalizar e tornar as informações e fluxos de informações cada vez mais abstratas, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, sejam quais fossem elas (LAUDON & LAODON, 2007). O advento das TICs possibilitou o surgimento da "sociedade da informação" (CASTELLS, 1999).

A partir da II Guerra Mundial e a posterior Guerra Fria, teve-se a preocupação de desenvolver tecnologias de informação e comunicações TICs, dando um novo espaço a era da informação, a sociedade do conhecimento e as sociedades pós-industriais pela disputa existente pelo poder dentro do marco do Sistema Internacional.

O governo dos Estados Unidos com o projeto conhecido como “Manhattan Project” teve uma ampla necessidade de desenvolver eficientes tecnologias para informação e comunicação para construir as primeiras bombas atômicas, teve-se uma ampliação enorme de recursos materiais e investimento em científicos, engenheiros, e técnicos envolvidos que marcaram um grande passo histórico do desenvolvimento científico e tecnológico. (HURTADO, 2007).

No ano de 1971 a Intel lançou o primeiro microprocessador, -Intel 4004- criando também o programa para enviar e-mails. Em 1973, Robert Metcalfe criou a Eternet para conectar ordenadores em redes de área local. Em 1980 o exercito norte-americano adopta como estandarte o protocolo TCP/IP, o ARPANET é separado da rede militar e nasce a Internet.

O computador pessoal como é conhecido hoje foi criado pela IBM e foi lançado no ano de 1981. Posteriormente a empresa Apple apresentou sua alternativa de Computador Pessoal, -Macintosh- em 1984. Da mesma maneira, a World Wide Web foi desenvolvida por Tim Lee em 1991 para compartilhar dados pela Internet, posteriormente em 1993 a CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear) criou o primeiro servidor Web. (SCHWARTZ, 2000).

Já em 1994 são eliminadas as restrições de uso comercial da internet e os EUA deixam de controlar oficialmente a informação da Internet como um tudo, conseguindo assim para o ano seguinte promover o nascimento da internet comercial que deu começo a uma nova era para as comunicações que tem impactos fortes até nossos dias.

Na atualidade é possível observar que os avanços tecnológicos no que tem a ver com TICs, não cessam, são alguns exemplos: os smartphones, tablets, tecnologias 2D e 3D, Internet de fibra ótica, etc. O interessante é que a sociedade está se apropriando cada vez mais destas tecnologias e incorporando-as para a vida social e política, o qual tem gerado grandes mudanças e revoluções sociais incorporando novos atores e novos objetivos dentro do jogo político.

Levando em conta que as TICs são o conjunto de tecnologias desenvolvidas para manejar informação e envia-la de um lugar para outro eficientemente, é possível afirmar que graças a estas características cada dia que passa tem mais pessoas interagindo e se interessando em participar de diferentes grupos, organizações e movimentos sociais. Este tipo de tecnologias oferecem soluções para armazenamento e recuperação da informação que permite a elaboração de informes e análises sociais dentro do âmbito público o qual estimula a participação.

Deste modo, têm sido experimentadas muitas novas possibilidades graças aos avanços das telecomunicações, pois na atualidade ditos progressos fortalecem a interatividade dentro do contexto da mundialização, reunindo a sua vez uma grande população do planeta graças à facilidade em diversos processos de produção e consumo.

É atestada a presença de um verdadeiro paradigma digital, que introduz novas variáveis técnicas, econômicas e políticas. No que tem a ver com as variáveis técnicas são reduzidas as barreiras materiais, permitindo a unificação de telefonia, radiodifusão, computação e imprensa escrita. Nas variáveis econômicas o maior ajuste entre oferta e demanda leva a redefinição da relação produtor/consumidor. E no político está se redesenhando o controle político dos meios de comunicação. (SODRÉ, 2002).

O uso das TICs por serem ferramentas flexíveis e abertas representa uma mudança notável na sociedade, educação, relações interpessoais e na forma de difundir e gerar conhecimento dentro do contexto do mundo diverso no qual convivemos. Assim são produzidas mudanças culturais na maneira como é organizada e concebida a sociedade.

São consideradas TICs neste trabalho: computadores pessoais (PCs), acessórios de computadores pessoais, telefonia móvel, telefonia fixa, televisão digital e rádio digital, internet, tecnologias de acesso remoto.

2.4. - Política e Cidadania: Consolidação da democracia e efetivação da cidadania por meio da participação política

Existem várias discussões sobre a cidadania na vida política, para efeitos deste artigo vai se levar em conta a análise à luz do pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas, quem reflete sobre questões da consolidação da democracia e da efetivação da cidadania por meio da participação política.

Para Habermas (1997), uma cidadania efetiva remete à discussão que envolve a institucionalização de dois modelos políticos: o republicano e o liberal. O modelo liberal argumenta que os direitos humanos freiam a vontade coletiva em detrimento das liberdades individuais, enquanto os republicanos afirmam que a função dos direitos humanos implica impor a vontade coletiva sobre uma autonomia dos cidadãos.

Desta maneira para Habermas (1997), o modelo republicano de construção da cidadania não é suficiente porque é oposto ao modelo liberal, pois na verdade exige uma unidade de valores e práticas políticas que podem não se estabelecer em uma sociedade composta de várias complexidades, assim, tenta-se propor então um equilíbrio entre os dois modelos, ou seja, a ação política proposta pelo modelo republicano e ao mesmo tempo a inviolabilidade das liberdades individuais e privadas do cidadão propostas pelo modelo liberal.

Por conseguinte, Habermas com essa proposta abre uma discussão importante para um modelo de reconstrução de cidadania, onde há vários fatores a serem estudados, colocando os modelos republicano e liberal juntos, e incitando um aprofundamento importante nas discussões propostas sobre a participação política.

Assim, Habermas reintroduz a questão democrática através de um aspecto participativo e social, em que todos os cidadãos podem ter oportunidade de expressão, por meio da razão comunicativa que torna possível o medium lingüístico, “através do qual as interações se interligam e as formas de vida se estruturam” (HABERMAS, 2003).

Na obra ‘Direito e Democracia’, Habermas propõe que os fundamentos normativos do Estado Democrático de Direito sejam vistos como resultado de procedimentos deliberativos, iniciados pelos cidadãos, com a intenção de criar uma associação de participantes do direito, de forma livre e igual. O anterior permite associar a mobilização social como forma clara de participação política e expressão da cidadania dentro da visão do autor.

De forma que para ele, torna-se necessária a política deliberativa entre os sujeitos de direito, ficando essencial o desenvolvimento de métodos e condições de debate e discussão. No que tem a ver com os movimentos sociais, este tipo de organizações vem se tornando cada vez mais importantes no contexto político, ajudando na formulação inclusive da própria política pública. Na atualidade, esta mobilização social é impulsionada por meio das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que facilitam a organização, comunicação e participação política estimulando assim a cidadania.

Dessa maneira, com o advento e uso das TICs os cidadãos facilitam pôr dentro da discussão pública seus problemas e suas demandas sociais, assim como conseguem se organizar melhor e eficientemente dentro dos movimentos sociais.

Em Habermas, vale a pena destacar o conceito de discurso, incluído na democracia, aonde se leva em conta a sociedade diferenciada, a partir do momento em que é permitido contrastar opiniões proporcionando a contestação e a identificação das necessidades dos grupos sociais existentes, podendo, ainda bem apontar possíveis soluções para determinados problemas sociais deles por meio da mobilização.

Assim, dentro da abordagem da política deliberativa em Habermas, é fundamental dentro da esfera pública um espaço para todos os cidadãos – mulheres, negros, minorias raciais, trabalhadores – para que, através dos direitos de comunicação e participação política, tornem-se politicamente autônomos, podendo discutir publicamente, os problemas, questões e necessidades. (Habermas, apud RENAN, 2006).

Analisando os argumentos de Habermas é possível estabelecer uma ponte com Bauman (2006), pois os dois autores enfatizam em que a reconstrução de um autêntico vínculo político-social só pode vir na recuperação do espaço público ou a esfera pública na qual sejam restauradas as conexões entre o individual e o coletivo em favor de interesses que abranjam mais grupos sociais.

Desta forma é possível situar aos movimentos sociais como um canal necessário para tais reivindicações que é assistido pelo uso das novas TICs.

Pode-se dizer e relacionar com estes conceitos que movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003). Trata-se de um agir comunicativo dentro do contexto político, em que as demandas coletivas por parte dos cidadãos organizados são discutidas na esfera pública a partir dessa comunicação flexível que é possível graças às novas TICs.

2.5. - A comunicação e a Internet na democracia: Governança eletrônica

No contexto latino-americano, existe uma notável heterogeneidade e diversidade étnica e sociocultural, no qual a governança eletrônica, reflete a otimização das redes de informação e da obtenção de uma melhor administração do fluxo de informações dos cidadãos e movimentos sociais. Desta maneira a governança eletrônica ficou caracterizada como a promessa de uma interação mais ampla com os cidadãos, sempre sendo focado na entrega de serviços, o que nos leva a crer que inevitavelmente teremos um desenvolvimento da chamada democracia eletrônica (JUNIOR & ROVER, 2007).

Existe um consenso de que o principal meio utilizado no governo eletrônico é a Internet, devido especialmente aos fatores tecnológicos, mas outros apontam que esta tendência diminuirá ao longo do tempo, com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação (DAVIS, 2005).

Portanto, temos como conceito de e-governança o uso intensivo das TICs em processos de prestações de serviços e de relacionamento entre governos e governo para com os cidadãos, com intermediação eletrônica contínua e remota, podendo também ser ofertada de uma maneira mais acessível especialmente a aqueles que possuem menor tempo e recursos financeiros para seu acesso aos serviços públicos.

Os tipos de tecnologias variam segundo os canais de acesso (privilegiando a web), eficiência e menor tempo de resposta às questões sociais. Assim, os movimentos sociais usam as diferentes tecnologias disponíveis ao seu alcance para sua comunicação, organização e mobilização segundo seus objetivos particulares para serem alcançados.

A partir do conceito de governo eletrônico sendo entendido como promotor dos direitos de cidadania, tais como a organização e controle social, combate à corrupção e promove participação cidadã, o Estado pode ampliar o uso da governança eletrônica, baseado em melhoria de processos de participação política, para a ampliação do diálogo e

atendimento das expectativas dos cidadãos. E é neste momento que partimos para a governança eletrônica.

A Governança eletrônica, ou e-governança (e-governance), segundo TEIXEIRA (2004), está relacionada à melhoria da qualidade, eficiência, eficácia, transparência e fiscalização dos entes governamentais. Entretanto, segundo RIBEIRO (2008), a governança eletrônica pode ir além da disponibilidade de informações dos governos, com a universalização da prestação de serviços públicos e servindo como um canal de informação e comunicação ininterrupta e remota entre a gestão pública e a população e vice-versa.

No entanto, nosso conceito adotado revela que a governança eletrônica é um dos impactos da introdução do governo eletrônico bem sucedido e a gestão pública oferta um canal de interlocução das demandas da população e ações do governo, com maior legitimidade, notoriamente através da divulgação das informações de todas as áreas da Administração Pública e processos ocorridos desde o âmbito dos movimentos sociais, com pleno acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela internet, celulares, televisão e a interação ininterrupta e remota, para promoção substancial do aumento da transparência, organização e mobilização social, do mesmo modo, incluem-se as ações praticadas por todos os Poderes e esferas administrativas governamentais.

2.6. - Participação Cidadã e Democracia Eletrônica

Acreditamos que apesar das análises baseadas em fatos e estatísticas, podemos levar em consideração que os cidadãos possuem o direito de levantar questões pertinentes a sua realidade social. O governo eletrônico pode gerar um aumento da participação cidadã e a democracia participativa através de princípios como o controle social e a transparência (MELLO, 2008).

Os movimentos sociais fazem controle social e divulgam várias de suas demandas e causas por meio do uso das TICs, pois desta maneira é possível estabelecer uma conexão

maior entre os membros da sociedade e o Estado. As rígidas escalas e verticalidades acabam sendo substituídas por mobilidade, flexibilidade e versatilidade. (DUPAS, 2000)

Pode-se apontar VAZ (2002) que sugere o direito do cidadão em ser ouvido pelo governo. Isso nos caracterizaria como democracia mais colaborativa, ouvindo e, obviamente, filtrando as demandas da sociedade.

Os movimentos sociais cumprem um papel de agente catalizador de demandas e programas sociais organizados onde é possível estabelecer claramente uma ponte entre a sociedade organizada e o Estado. Assim, DAVIS (2005) sugere que as TICs vieram para que os cidadãos pudessem se aproximar e formar grupos de discussão de políticas públicas. Deste modo, é possível facilitar e legitimar a interação dentro das comunidades, especialmente nos âmbitos subnacionais, em favor da construção da sociedade democrática.

Segundo Martins (1997), a construção de sociedade democrática exige a invenção corajosa e realista de modelos de democracia. Ou seja, modelos realizáveis de uma forma governamental na qual a participação cidadã seja o alvo central.

Deste modo é que os movimentos sociais se estabelecem como canais de participação cidadã dentro dos quais é possível apresentar demandas sociais e exigir mudanças sociais.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa teve uma revisão de literatura como fundamentação teórica sobre os movimentos sociais, a participação política e as TICs nos processos de mobilização. De maneira que, por meio da análise da literatura publicada traçamos a revisão de literatura a qual nos guiou durante a construção da pesquisa exploratória.

A pesquisa exploratória foi muito importante neste trabalho. Segundo Theodorson & Theodorson (1970), seu dicionário das ciências sociais aponta a pesquisa exploratória como um estudo preliminar para trazer familiaridade ao fenômeno que está sendo investigado para dar seguimento a estudos maiores e mais complexos com maior precisão e profundidade. Os estudos exploratórios permitem ao investigador definir melhor o escopo da análise e orienta as escolhas das hipóteses da investigação (PIOVESAN & TEMPORINI, 1995).

Após a pesquisa exploratória foram realizadas procuras em motores de buscas, na bibliografia da área e com práticos da temática social da América Latina para descobrir como os movimentos sociais utilizam as TICs para gerar processos de participação e integração política. Com isso, classificaram-se, analisaram-se e interpretaram-se as informações coletadas. Em geral o desenho metodológico adotado foi de tipo qualitativo, mensurando o impacto do uso das TICs pelos movimentos sociais na participação cidadã, assim como descritivo e explicativo.

Tratou-se de desenvolver instrumentos que possibilitassem uma análise de um movimento social específico a partir de seu site na internet, assim como mensurando o “grau de informatização” deste coletando dados com instrumentos de pesquisa exploratória como: observação e análises de dados.

Deste modo, nosso objetivo foi realizar um estudo empírico e qualitativo, procurando principalmente responder a questão do artigo “As TICs estão revolucionando a atuação da

sociedade civil organizada contribuindo para transformar os movimentos sociais em grandes e maiores atores civis, na medida em que profissionalizam a gestão na participação política no Brasil?”.

Para isso o método qualitativo foi escolhido por representar um modelo em que se pode enfatizar peculiaridades (GRAY, 2010) dos diferentes estudos, especialmente quando temos um objeto tão recente e ainda pouco explorado. A escolha da pesquisa empírica serve para que se tenha maior aproximação e exploração da temática do objeto de estudo, garantindo com que se estabeleça um cenário experimental e controlável para a observação e produção de especulações e divagações teóricas com fundamento científico (TEÓFILO, 1998).

Foi avaliada a participação política desde o contexto das TICs e o uso por exemplo de cooperação e de colaboração entre projetos graças a ferramentas na rede, redes sociais alternativas, incorporação de Software de graça, campanhas online (mobilização, denúncia, ou captação de fundos), uso de meios de comunicação alternativos, etc. Assim, foi possível analisar a criação de ações e ferramentas virtuais voltadas para a promoção de participação e integração política.

4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E OBTIDOS

4.1. - Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) como ferramentas da mobilização social no Fórum Social Mundial

Levando em conta que está se abrindo um espaço cada vez mais amplo para o surgimento ou a consolidação de um novo ator político, que é a sociedade civil em cada um dos países e dentro do contexto mundial. O Fórum Social Mundial (FSM) está à procura de fortalecer o empoderamento das bandeiras da sociedade civil organizada incentivando o estabelecimento de relações horizontais entre as organizações que participam dele trata de aproveitar o aprendizado mútuo, a cooperação, e articulação das diferentes organizações e movimentos sociais.

Desde o início de 2000, começou a ser discutida a proposta de realizar um encontro mundial voltado às questões sociais, negando a vertente neoliberal por meio de uma reunião de atores sociais que pudessem discutir e contribuir com ideais para a transformação social. Assim, foi organizado o primeiro FSM realizado em Porto Alegre, Brasil, onde se tentou estabelecer alguns pontos importantes sobre como estimular diferentes redes e movimentos para debater propostas e também para coordenar ações e protestos.

Revisando as circunstâncias sobre o porquê da escolha desse local, é possível ver que foi escolhido o Brasil por ser um país em desenvolvimento e especificamente a cidade de Porto Alegre, pois estavam sendo concretizadas algumas experiências democráticas tais como: organização do orçamento participativo, apoio ao movimento pelo software livre, entre outras.

O primeiro FSM feito entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, teve grande participação da sociedade civil nacional e internacional, inclusive muito mais da que se esperava. Foi um evento de caráter plural, pois teve diversas atividades assim como participantes nacionais e internacionais.

A partir do grande sucesso obtido nesse primeiro encontro, foram organizados os demais Fóruns com ampliação de propostas e diversidade cultural em cada versão preparada. Foram sempre espaços de encontro, diálogo e troca de experiências e reflexões do movimento social mundial. Vale a pena dizer que graças à organização do FSM foram estimulados fóruns regionais e continentais para reforçar o processo de mundialização do Fórum, assim foram constituídos calendários globais de mobilizações para os anos posteriores, com o objetivo de manter as redes ativas e articuladas.

O Fórum Social Mundial estabelece uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referencia a ideia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração. (LEITE, 2003).

As redes dentro do Fórum foram fortalecidas por meio do uso de novas tecnologias da informação e as comunicações como a Internet, dentro da qual vale a pena mencionar o

uso eficiente de correio eletrônico, boletins online, revistas online, etc. Assim por meio do site do FSM é facilitada a comunicação, a interação e a união de mais movimentos sociais e simpatizantes diversos.

Seguido o anterior, por meio da criação do site do FSM, ampliou-se o número de participantes e as atividades tiveram que ser distribuídas em diferentes locais pela ampliação internacional nos Fóruns organizados. Assim, foram usadas tecnologias para a ampliação da comunicação destes novos locais como: internet, telefonia móvel, telefonia fixa e rádio digital.

No contexto de mobilização social e uso de TICs, o site é entendido como uma plataforma de conhecimento percebida como “sistema de conhecimento, que passa a ser hegemônico em dada sociedade por permitir melhor dinamismo na difusão da informação e do conhecimento, tendendo a uma rápida difusão, mas de forma heterogênea pelos benefícios que traz para o desenvolvimento das forças produtivas. Em função dessa nova dinâmica, altera no longo prazo a maneira pela qual o ser humano organiza a sociedade”. (NEPOMUCENO, C. 2007).

Na atualidade a internet como nova tecnologia aproveitada, estimula a união e a inclusão da diversidade local, cultural e política dos grupos e dos indivíduos. É uma tecnologia que possibilita o compartilhamento necessário dentro do contexto do FSM que tem um caráter aberto. Assim, é possível ver como por meio desta ferramenta são envolvidos novos atores de diferentes regiões geográficas.

Graças à ampliação dos canais de participação foram organizados Fóruns, em diferentes lugares do mundo, destacando assim, por exemplo: O Fórum Asiático Mundial de 2003 que abriu o debate para as “lutas ecológicas, e de soberania alimentar”, e o Fórum Social Mundial organizado em Mumbai, em favor do progresso e desenvolvimento social, entre outros.

É importante mencionar que por meio do FSM são preparadas atividades auto-organizadas que interessam muito as organizações, pois tornam seus trabalhos e lutas

conhecidos. Vale a pena destacar o Fórum de Mumbai que foi uma grande oportunidade na qual vários setores oprimidos conseguiram fazer visíveis suas lutas, passando a construir autonomia e cidadania. (SOUSA SANTOS, 2004).

Desta maneira a internet permite ampliar a participação e a produção pública, por meio das tecnologias web 2.0 que admitem a atuação horizontalmente baseada no compartilhamento. Por meio da rede que é a forma como o FSM funciona desde sua fundação é mais eficiente a ampliação da participação de diversos movimentos sociais e organizações civis.

O FSM funciona segundo a lógica de rede, oferecendo um espaço que estimula o encontro, as articulações, as atividades conjuntas entre indivíduos e grupos, a troca de experiências de uma maneira fluida, flexível e de acordo com o objetivo e o desejo de seus participantes em cada momento e não seguindo determinações de uma autoridade ou centro de decisão. (ALCÂNTARA, 2009).

Denota-se claramente uma lógica de descentralização em rede, na qual é importante reconhecer a pluralidade dos participantes e seus posicionamentos, fazendo possível a participação simultânea em outras redes e dificultando assim o estabelecimento de práticas hegemônicas dentro dos Fóruns.

A dinâmica da rede é uma característica constituinte e marcante dos novos modos de atuação de indivíduos e grupos coletivos. Frequentemente os atores atribuem a essa forma valores que a associam às culturas participativas, tais como flexibilidade, mobilidade, respeito às individualidades, maior ênfase na ação. (Idem).

Da mesma forma, é observado que dentro do FSM graças ao uso de TICs as capacidades de envolvimento individual passaram a ser móveis, mais específicas e mais individuais e sociais. Tudo para produzir um espaço comum e favorecer a emergência de ações coletivas, seguindo a ideia de que somos seres fundamentalmente individuais e igualmente fundamentalmente sociais.

Dentro da pesquisa exploratória conseguiu-se encontrar que dentro da “formação da rede”, a horizontalidade permitiu a ampliação das conexões com direção a novos atores, beneficiando a abertura e o alcance máximo dentro da própria rede.

Voltando a questão da descentralização que é própria deste tipo de organização em rede que se serve das novas tecnologias, não há centralidade dentro do FSM, é importante destacar neste ponto que os fóruns sociais não têm um porta-voz nem subscrevem documentos finais, é uma instância de debate público e cívico, não deliberativa.

Por meio do uso das novas TICs se afiança a multiplicidade de opiniões, posicionamentos e ações, pois são mais os participantes que têm acesso ao debate. De forma que, o FSM consegue realizar ações de política diversificadas com a participação e a criatividade de seus membros, tenta-se abrir espaço para o aprendizado da ação política, por meio do respeito à diversidade e o pluralismo com a construção de uma nova cultura política. (WHITAKER, 2005)

Vale a pena destacar, que é perceptível a consciência do FSM sobre a importância das novas tecnologias como meio de avançar e acrescentar ao debate social, pois se levam em conta várias iniciativas nos diferentes fóruns, tais como: os movimentos em prol do software livre, os grupos de mídia alternativa, rede de tradutores voluntários – Babels -, entre outras.

Estas iniciativas são consideradas como novas práticas sociais, que modificam as relações das pessoas e seus comportamentos de uma maneira que permitem que elas atuem de forma autônoma e descentralizada, acrescentando participação e compartilhamento social.

O FSM é consciente que existe uma nova forma de resistência que é articulada fundamentalmente via Internet, o qual facilita a desterritorialização das causas sociais e permite atuar de maneira global. É promovida através das redes maior liberdade e melhor acesso à informação e ao conhecimento, assim como mais articulação e mobilização para o fortalecimento das redes e a realização de ações comuns. Através da comunicação via Internet, é possível mobilizar os participantes, enviar informes, organizar as inscrições de

atividades, em síntese, o papel da rede de computadores é parte intrínseca do processo do Fórum. As TICs, não são as verdadeiras responsáveis pelas transformações nas relações e na sociedade, mas são parte integrante desse contexto de mudança. (Idem).

Por meio do site de internet do FSM, é possível identificar locais de atividades do Fórum, para assim articular e mobilizar mais cidadãos, e graças à fluidez do canal de comunicação milhões de pessoas e grupos participam, se colocam em contato trocam informação, compartilham conhecimento, e organizam ações comuns.

As TICs conseguem estimular o trabalho em conjunto, criar o contato com novas culturas e visões do mundo, e estabelecer transformações sócio culturais, por meio do aproveitamento a liberdade de fluxos e conteúdos que são responsáveis por ampliar os espaços públicos, assim como fortalecer os aspectos: colaborativos, participativos e democráticos. (ALCÂNTARA, 2009).

Finalmente, a comunicação via internet das relações em rede, favorece a mobilização e articulação de pessoas e grupos em atividades de expressão de luta, permitindo encontro, intercambio de conhecimento e buscas por alternativas de atuação no entorno global, as TICs são utilizadas como grande meio que fortalece e amplia os movimentos sociais dentro do ambiente de cooperação, colaboração e participação cidadã.

5. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A internet favorece novos repertórios de ação dos movimentos sociais em favor da luta pela consecução de mudanças sociais. Da mesma forma, é maior a relação entre os movimentos sociais e sua importância para o aprofundamento democrático, a partir do ativismo político na web, com o poder de gerar relações em rede mais diretas entre políticas de promoção e desenvolvimento social.

As tecnologias especialmente as aplicações web 2.0 que permitem a comunicação, interação e colaboração que as diferencia da comunicação da web 1.0, estão tendo um papel fundamental nas mobilizações sociais, apoiando a sua organização e convocatória,

facilitando a reivindicação de particularidades e possibilitando a comunicação simultânea. É constituído como um espaço de reflexão e ação coletiva, inspirador de projetos de desenvolvimento e orientador de estratégias de resistência cultural.

As Tecnologias da Informação e Comunicações TICs são ferramentas que ajudam ao trabalho na rede. Deste modo, servem para aprofundar na democratização social das diferentes entidades, propiciando diálogo, diagnósticos participativos, transparência e articulação dos movimentos e organizações sociais por meio de plataformas na web.

Os movimentos sociais se apropriam das TICs para gerar processos participativos onde de forma articulada os indivíduos são vinculados às ações e diferentes atividades, e no mesmo tempo começam a gerar uma articulação de maneira espontânea e organizada em grupos, coletividades e outras redes para desenvolver processos ao mediano e longo prazo.

A organização das ações, a coordenação entre grupos e países permite a participação ativa que é promovida pelas redes de comunicação eletrônica como ferramentas para associação da era digital.

Existem diferentes tipos de atores que fazem parte deste trabalho conjunto, assim os colaboradores da mobilização por meio do uso de TICs podem ser quaisquer usuários que se relacionem com outro para atingir algum propósito: encontrar recursos, compartilhar informações, estabelecer comunicação, etc.

O FSM como organização e vários outros movimentos sociais estão usando as TICs para destacar, mostrar, divulgar uma problemática específica frente à qual é necessária uma ação coletiva. Assim, é feito um intercâmbio de conceitos, argumentações, resoluções ou alternativas de construção as soluções de várias problemáticas sociais. Tudo é realizado por meio de propostas de solução, alianças com outros movimentos ou organizações sociais para fazer controle social e promover a construção de políticas públicas.

As TICs facilitam as manifestações sociais, por meio da organização de diversos programas, que permitem a produção de serviços graças a redes de pessoas colaboradoras, integradoras e comunicadoras que trabalham juntos em favor de um ou vários objetivos.

A maior certeza encontrada é que os movimentos sociais parecem estar redefinindo sua lógica de espacialidade e temporalidade conforme os fluxos de espaço. Estes movimentos e organizações sociais são articulados em redes horizontais de funcionamento descentralizado nas quais as TICs e especialmente a Internet constitui a essência de sua organização.

Do mesmo modo, estes movimentos sociais procuram ampliar ideias para atingir o maior número de pessoas possível, atuando como rede conectada, em conexão com várias organizações que possuem os mesmos objetivos.

O uso das TICs por parte dos movimentos sociais permite o aumento do número de adesões a ditos movimentos. Dentro do contexto do movimento existem consultas online, e uma descentralização do poder que permite a participação ativa dos membros.

Os movimentos sociais usando as TICs, aplicam os princípios da web 2.0, com o qual se tenta tornar ao usuário autor e protagonista de conteúdos, não apenas um receptor ou leitor; isto é necessário para se criar um modelo colaborativo eficiente e não apenas cooperativo. No geral os movimentos sociais expõem blogs nos próprios sites, possuem parceiros de outros movimentos conectados e redes sociais que permitem associar e organizar os cidadãos.

A Arquitetura de Colaboração dentro dos movimentos está vinculada à metodologia de organização e trabalho em determinadas áreas, às formas de reunião em eventos e, finalmente à forma de publicação de resultados alcançados, podendo haver colaboração no desenvolvimento dos movimentos por meio da criação de grupos menores.

Para finalizar, graças ao processo de horizontalização, ou seja, a inclusão de um número cada vez maior de pessoas, que colaboram em rede nas decisões e na liberdade de publicação é possível gerar de fato participação política e demandas sociais dentro do contexto de uso das TICs por parte dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. *Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, set./out. 2002.
2. ALCÂNTARA, ANA. *A internet e o Fórum Social Mundial*, São Paulo, 2009.
3. ARAUJO, André A. *Marcos históricos e jusfilosóficos da participação política*. 2009
4. BABBIE, E. *The practice of social research*. 4th ed. Belmont, Wadsworth Publ., 1986.
5. BARDIN, Laurence (2008). *Análise de Conteúdo*. Editora Gráfica Prol. 2008.
6. BAUMAN, Z., *Modernidad líquida*, México, FCE, 2006.
7. GARCÍA CANCLINI, Néstor; Ed., *Políticas culturales en América Latina*, México, D.F., 3ª Edición, Grijalbo, 1987.
8. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
9. CASTOR, B. V. J. *O Brasil não é para amadores: Estado, Governo e Burocracia na terra do jeitinho*. Curitiba: EBEL: IBQP-PR, 2000.
10. CASTOR, B.V.J; José; H.A.A. *Atualizando o Modelo Administrativo Brasileiro: as promessas e perspectivas do governo eletrônico*. In: XXV ENANPAD. Anais em CD. Campinas: Anpad. Setembro 2001.
11. CLAD. CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO. *El gobierno electrónico como medio para acercar el Estado a la ciudadanía*. 2004.
12. COUTINHO, L. *A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, n.1, ago. 1992.
13. CRUZ, Maurício S. *Tecnologia de Informação no espaço público: o caso Telecidadão no Paraná*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
14. CUNHA, M.A.; CRUZ, M.S.; *Tecnologia de Informação no Setor Público: o Uso de Meios Eletrônicos no Relacionamento do Parlamentar com o Cidadão e com o Poder Executivo*. In: XXVII ENANPAD. Anais em CD. Atibaia: Anpad. Setembro 2003
15. DALTON, R.J. y KUECHLER, M. *Los nuevos movimientos sociales*. Valencia: Editorial Alfons el Magnànim, Generalitat Valenciana y Diputació Provincial de València, col. Política y Sociedad nº 8, 1992, 427 páginas.
16. DAVIS, Richard. *Politics Online: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy*, Routledge, London and New York, 2005.
17. DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2006.
18. DORNELAS, J. HOPPEN, N. *Contradições inarredáveis de uma forma não usual de Gestão Pública* In: XXV Encontro Anual Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Anais em CD. Campinas: Anpad. Setembro 2001.
19. DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
20. FREY, K. “Governança Urbana e Redes Sociais o Potencial das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação”. In: XXVII Encontro Anual Associação Nacional dos

- Programas de Pós-Graduação em Administração*. Anais em CD. Atibaia: Anpad. Setembro 2003.
21. FRICK, María M. *Participación Electrónica Hacia un Gobierno Abierto en América Latina*. 2005.
 22. GRAY, David. *Doing Research in the Real World. 2nd Edition*. SAGE. 2010
 23. GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes. 2003.
 24. HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. I e II Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
 25. HABERMAS, Jürgen. *Era das transições*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
 26. HURTADO, D. “*Entre el Pacifismo y la Energía Nuclear (1930-1955)*”, en A. Gangui (ed.): *El universo de Einstein: 1905 – annus mirabilis – 2005*, Buenos Aires, Eudeba. 2007.
 27. IANNI, O. *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
 28. JARDIM, José Maria. *Capacidade governativa, informação e governo eletrônico*. *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação*, v.1, n.5, out. 2000.
 29. JUNIOR, Hélio Santiago Ramos & ROVER, Aires José. *Democracia Eletrônica na Sociedade da Informação*. 2007.
 30. LAUDON, Kenneth C., LAODON, Jane P. *Sistemas de informação gerenciais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 7. ed.
 31. LEADBEATER, C (2004) *Personalisation through participation: a new script for public services*, Demos, London, UK.
 32. LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
 33. MARTINS, Antônio Manuel. *Modelos de democracia*. *Rev. Filosófica de Coimbra*, 1997, vol. 11, p. 85-100.
 34. MELLO, C. A. B. de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2008.
 35. MELLO, Gilmar Ribeiro ; SLOMSKI, V. ; RICCIO, E. *Study of Electronic Governance Practices: Controllershship Instrument for Decision-Making in the Management of the Brazilian States*. In: Danilo Piaggese; Kristian Sund; Walter Castelnovo. (Org.). *Global Strategy and Practice of E-Governance: Examples from Around the World*. Hershey, Pennsylvania, USA: IGI GLOBAL, 2011, v. , p. 157-184.
 36. MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
 37. MITRE, M.; DOIMO, A. M.; MAIA, R. (2003). *Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net*. *Comunicação & Política*, v. X, n. 1, p. 63-92,.
 38. MONTAÑO, C., & DURIGUETO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.
 39. MORAES, D. (2000). *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet*, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 2, p. 142-155, jul./dez.
 40. MÜLLER, Friedrich. *A democracia, a globalização e a exclusão social*. Anais. Salvador, 11-15 de nov. 2002. Volume I. Brasília: 2003.

41. PAEHLKE, Robert (1996): *Environmental challenges to democratic practice*. In: William M. Lafferty e James Meadowcroft (orgs.): *Democracy and the environment: problems and prospects*. Cheltenham/Brookfield: Elgar 1996, pp.18-38.
42. PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
43. PETRAS, James & VELTMEYES Henry. *Movimientos Sociales y Poder Estatal. Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador*. Editorial Lumen S.A. de C.V., 2005. , México D.F., México.
44. PIOVESAN, A., & TEMPORINI, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: *Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. *Revista de Saúde Pública*, 29, 318-325.
45. RAMOS, R.E.B.; RAMOS, A.S.M.; *As práticas internacionais de estratégia de governo eletrônico e inclusão digital e as perspectivas para estratégia de política pública no Brasil: os casos de Estados Unidos, Reino Unido e Canadá*. In: XXVII ENANPAD. *Anais em CD*. Atibaia: Anpad.
46. REDCLIFT, Michael & WOODGATE, Graham. *Sociology and the environment: discordant discourse?* In: REDCLIFT, M. & BENTON, T.. *Social theory and the global environment*. London/New york, Routledge, 1994.
47. RENAN, Marcio.; WIRTH, Leo. *Democracia Participativa e Desenvolvimento*. *Revista Desenvolvimento em questão*. Editora Unijuí, N°7, Jan-Jun, 2006.
48. RIBEIRO, M. M. . *Como o governo eletrônico pode aumentar a transparências das compras governamentais?*. In: I Congresso de Gestão Pública CONSAD, 2008, Brasília. I Congresso de Gestão Pública CONSAD, 2008.
49. ROMERO, Jaime Astudillo. *Globalización e Integración Cultural Regional*, Em: *Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais*. CELACC/ECA/USP, Maria Nazareth Ferreira (org.), São Paulo, 2007.
50. RUEDIGER M. A; *Governança Democrática na Era da Informação*. In: XXVII ENANPAD. *Anais em CD*. Atibaia: Anpad. Setembro 2003, LONDON, Scott. *Teledemocracy vs. Deliberative Democracy: A Comparative Look at Two Models of Public Talk*. *Journal of Interpersonal Computing and Technology*, Vol 3, No 2 (April 1995), pp. 33-55. <http://www.scottlondon.com/reports/tele.html>. Acessado em 25 de fevereiro de 2013.
51. RUEDIGER M. A; *Governo Eletrônico e Democracia – Uma Análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública*. In XVI ENANPAD. *Anais em CD*. Salvador: Anpad. Setembro 2002.
52. SCHWARTZ, E. I. *The history of information and communication technology (ICT)*. Unit 2 P1, M1 and D1, Digital Darwinism. 2000.
53. SILVEIRA, H. F. R. *Um estudo do poder na sociedade da informação*. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 3, p.79-90, set./dez. 2000
54. SODRÉ, M. *Reinventando a cultura: do atual ao virtual*. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). *Cultura, comunicação e movimentos sociais*. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 1999. 266.
55. SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

56. SOUSA SANTOS, Boaventura. *Mumbai e o Futuro*. 2004. Em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=201, acessado em 20 de fevereiro de 2013.
57. TARROW, S. *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza, Madrid. 1997.
58. TEIXEIRA, Alberto. *Internet na transparência da gestão pública municipal: a experiência do Estado do Ceará*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
59. TEÓFILO, Carlos Renato. *Algumas Reflexões sobre Pesquisas Empíricas em Contabilidade I*. Cadernos de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.10, n.19, p.9 – 15, set/dez 1998.
60. THEODORSON, G.A; THEODORSON, A.G. *A modern dictionary of sociology*. New York: Crowell, 1970
61. THOMPSON, John B. *El concepto de cultura*. En: ideología y cultura moderna. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas. Universidad Autónoma Metropolitana, México, 1993.
62. TILLY, C. *Los Movimientos Sociales: 1768 a 2008 – desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010
63. TOURAINE. Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Tradução de Iraci D. Poletí. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
64. VAZ, José Carlos. *Desafios para a inclusão digital e a governança eletrônica*. 2001, disponível em www.polis.org.br/publicacoes/artigos/vazgovca.html. Acessado em 20 de fevereiro de 2013.
65. VAZ, J. C. *Administração pública e governança eletrônica: possibilidades para a tecnologia da informação*. In: Governo eletrônico - os desafios da participação cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n. 24, dez. 2002.
66. VAZ, Jose Carlos(2003). *Governança Eletrônica: para onde é possível caminhar?*. Instituto Pólis. http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=96. Acessado em 25 de fevereiro de 2013.
67. WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
68. YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.